

Consulta Pública MME 34/2017 - Plano Decenal de Expansão de Energia 2026

Identificação do Proponente:

Nome: Ana Paula Hauffe Torquato

Empresa ou Entidade: WEG Equipamentos Elétricos S.A.

Telefone: (47) 3276-4068

E-mail: anapaulah@weg.net

Comentário 1:

No que diz respeito à energia hidráulica, observamos que o relatório foca em UHEs, refere-se muito pouco em PCHs e não considera as CGHs. Complementamos sobre a importância de que o plano contemple também a energia gerada a partir de CGHs.

Comentário 2:

Aumentar o foco nos sistemas de geração com biomassa, especificamente para a geração a partir dos resíduos sólidos urbanos (RSU) ou geração a partir do lixo. Após a retirada dos materiais possíveis de reciclagem, o lixo urbano ainda pode ser transformado em combustível através de diferentes métodos (gaseificação, compostagem, biodigestão, etc). Esse combustível é um dos mais viáveis que existem, haja visto que o lixo é material abundante nas cidades, além de darmos um destino adequado a este material, minimizando os impactos ambientais que existem em função do processamento e depósito indevido do lixo. Entendemos que essa fonte de geração não está sendo devidamente inserida no PDEE 2026, pois se fala muito pouco nesta forma de geração, que poderia ser instalada praticamente em qualquer cidade de porte médio a grande. Hoje já existe cadeia produtiva e tecnologia nacional necessária para todos os equipamentos e materiais necessários a essa geração.

2. Demanda de Energia

Pg.28:

"A eficiência energética, aliada a uma mudança na participação dos setores no consumo de energia, leva a uma redução gradual da intensidade energética ao longo da década."

Pg 42:

"Sob influência da eficiência energética e de uma nova distribuição setorial econômica, nota-se também uma queda da intensidade energética dos tempos atuais até 2026."

Pg. 49:

"O consumo final de energia cresce à taxa média de 1,9% anuais entre 2016 e 2026. A intensidade energética reduz no período, graças à eficiência energética e a uma mudança na participação dos setores no consumo de energia."

Comentário 3:

O Brasil tem indicadores inferiores se comparado a outras economias globais, no que diz respeito à intensidade energética. Além de projeções, para que possamos reverter este quadro, torna-se necessário fomentar a discussão de metas e planejamento para obtenção das mesmas.

3. Geração de Energia Elétrica

Pg.100:

“Diferentemente das edições passadas do PDE, no PDE 2026 utilizou-se o Modelo de Decisão de Investimentos (MDI) para a indicação da evolução da expansão da oferta, que sinaliza a expansão ótima do sistema, seguindo o enfoque clássico de planejamento: minimizar o custo de expansão (custo de investimento mais custo de operação), sujeito à garantia de atendimento à demanda máxima de potência, em complemento aos tradicionais critérios de risco e economicidade definidos pelo CNPE. A utilização do modelo permite a criação de um critério técnico, objetivo, reprodutível e de benchmarks para a comparação entre os custos de planos de expansão alternativos.”

9.1 Eficiência Energética

Pg.215

“A energia elétrica conservada em 2026, 32TWh, corresponde à geração de uma usina hidroelétrica com potência instalada de cerca de 7 GW, equivalente a uma UHE de Itaipu (parte Brasileira). Especificamente no ano de 2025, o montante estimado de eficiência energética corresponde a aproximadamente 4% da demanda elétrica,”

Comentário 4:

Sugere-se incluir na decisão de investimentos também a eficiência energética, pois há notadamente projetos de eficiência energética, com respeito à relação de investimento/ MWh disponibilizado, muito mais atrativos. Há ainda os benefícios de produtividade, a não necessidade de investimento em transmissões e melhoria da intensidade energética. 4% é uma parcela considerável e pode ser maior se eficiência energética for tratada com mais ênfase.

9.1 Eficiência Energética

Pag. 219

“Alguns setores apresentam problemas específicos. No setor público, por exemplo, há barreiras de cunho fiscal e financeiro, além de entraves na política de compras/licitações públicas. Na indústria, os investimentos em eficiência energética não são priorizados, por causa do menor peso do custo da energia na maioria dos segmentos, pela falta de uma cultura industrial que dê importância a EE e dificuldade em medir os resultados. Já no setor de transportes há problemas graves de institucionalidade e coordenação de ações em âmbito local, estadual e federal, além de impedimentos de ordem burocrática, falta de conhecimento de tomadores de decisão e má alocação de investimentos que impedem progressos nesse setor. E nas edificações, faltam requisitos mínimos nos códigos municipais e normas de desempenho mínimo para prédios, e há conflitos de interesse entre quem constrói (que quer o menor custo) e quem ocupa os prédios (que vai pagar pelo consumo).”

Comentário 5:

No Brasil, há bastante espaço para trabalhos de melhoria da produtividade, especialmente na indústria, que tem ficado para trás se comparado a indicadores mundiais. A cultura de se medir e buscar melhoria nos indicadores é insipiente no Brasil, as ações direcionadas de eficiência energética vão também contribuir no fomento aos investimentos e para a renovação do parque fabril que, segundo estimativas internas, possui média de 17 anos de idade – mais do que o dobro dos países desenvolvidos.

9.1 Eficiência Energética

Pag.223

“Na indústria, a conservação de energia representará 5% da demanda de energia final prevista em 2026. Já a conservação de eletricidade representará 4%, equivalente ao consumo atual dos setores da mineração e pelotização.”

Comentário 6:

PEE pelo modelo de performance, e todas as suas exigências características, é pouco atrativo às indústrias pelos custos envolvidos e prazos usuais. Prioritário de bônus de motores se mostrou bastante alinhado, mas são necessários ajustes assegurando um modelo simplificado e reedição em um momento mais propício, pois ocorreu justamente quando as empresas restringiram investimentos pela condição da economia.